

**Quantos países cabem no Grande ABC?**

Nos últimos 35 anos, 23 mil imigrantes de 123 nacionalidades foram recebidos nos municípios da região

**JOYCE CUNHA**  
joycecunha@dgab.com.br

O Grande ABC mantém, há décadas, as portas abertas a estrangeiros. Pessoas que fizeram do processo de desenvolvimento e da história local. Somente nos últimos 35 anos, as cidades da região se tornaram endereço de residência para 23.093 imigrantes e refugiados de 123 diferentes nacionalidades. Os dados utilizados nesta reportagem foram obtidos pelo Diário junto à PF (Polícia Federal).

De 1987 para cá, os portugueses foram maioria entre os povos que chegaram no Grande ABC. Há 4.814 vistos emitidos pelo governo brasileiro neste período, ou seja, 21% do total. Na sequência, estão Japão (2.127 vistos), Espanha (2.044 vistos) e Itália (1.926 vistos). Ao analisar os dados mais recentes, entretanto, é possível observar que a região seguiu a tendência nacional de acolhimento de pessoas vindas de outras nações.

“Temos percebido que o perfil migratório do Brasil mudou muito nos últimos anos. Recebemos agora pessoas que não tinham comunidades anteriores no País”, avalia a professora de relações internacionais da UFABC (Universidade Federal do ABC), Adriana Capuano de Oliveira.

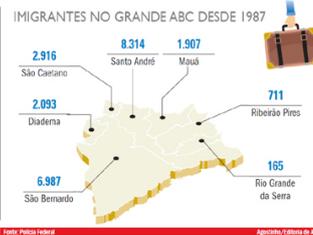
“Nas últimas duas décadas, temos recebido perfil diferente daquilo que era a tradição histórica. Migrações de países do Sul global, que nem sempre estão geograficamente na região Sul, mas que são considerados países que não têm seu desenvolvimento pleno ainda, o que era o terceiro mundo, antigamente”, explica a docente.

Nos últimos dez anos, por exemplo, o Grande ABC se tornou a casa de 1.877 haitianos. Somente quatro pessoas vindas deste país chegaram ao



RECOMEÇOS. O venezuelano Luis Alberto e a filha Alma estão entre os 23 mil imigrantes com visto de permanência no Grande ABC; eles vieram em busca de oportunidades

# 1 Quantos países cabem no Grande ABC?



Grande ABC antes de 2012.

A especialista considera que a nova lei de imigração, aprovada pelo governo brasileiro em 2017, contribuiu para o aumento do número de imigrantes e refugiados com este novo perfil. “Isso (a lei) reorganizou a política migratória. O visto humanitário, por exemplo, foi oferecido primeiramente aos haitianos, na crise que ocorreu desde 2010, e que foi estendido para outros grupos.”

No último ano (2010), o Haiti sofreu um dos mais fortes terremotos já registrados em todo o mundo, que deixou mais de

200 mil mortos e milhares de pessoas desabrigadas.

O fluxo migratório oscila de acordo com os acontecimentos no cenário internacional. Conflitos e guerras contribuem para o aumento de pessoas que buscam um lugar seguro para viver, ainda que muito distante de seus países de origem. Somente neste ano, entre janeiro e novembro, 55 afegãos vindos ao Brasil buscaram refúgio em cidades do Grande ABC.

No último mês, a Diocese de Santo André, com o apoio de família voluntária, acolheu 17 afegãos em um imóvel da

região. São histórias de famílias que deixaram quase tudo para trás depois que, com a saída das tropas norte-americanas do país, o movimento extremista Talibã recuou o Afeganistão.

Do total de 23.093 imigrantes, 2%, ou 460 pessoas, vivem na região em situação de refúgio. São Bernardo recebeu os dois primeiros refugiados do Grande ABC, em 2002, vindos da Nigéria e do Sudão.

**SAGA DOS IMIGRANTES**

O drama vivido pelos quase 1.400 afegãos que desembarca-

ram no Aeroporto Internacional de Guarulhos, entre janeiro e outubro deste ano, sem lugar para onde ir acendeu novo alerta sobre a insuficiência das políticas públicas voltadas às questões migratórias.

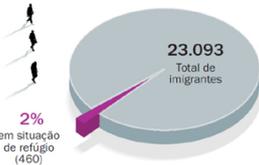
Imigrantes e refugiados contam com o amparo de marcos e leis internacionais de proteção e garantia de direitos. “O Brasil é um país importante, visto potencialmente de recepção humanitária. Mas o governo brasileiro não coloca recursos nisso”, analisa Gilberto Rodrigues, professor e coordenador da pós-graduação em rela-

ções internacionais da UFABC.

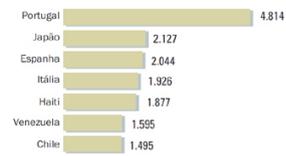
“É uma política ambígua do governo federal porque, ao mesmo tempo que permite a chegada dessas pessoas, não oferece recursos e suporte federativos e Estado, as receberem. A imprensa tem papel importante de denunciar essa situação, para que haja solução para essas pessoas”, pondera.

Além de questões relacionadas às políticas públicas, idiomas, diferenças culturais e o preconceito, especialmente racial com negros, são dificuldades enfrentadas pelos imigrantes.

Imigrante e refugiados (desde 1987)



Ranking de nacionalidades desde 1987 (acima de 1.000 pessoas)



Crescimento migratório na região (no últimos dez anos)



## Crise trouxe 1.538 venezuelanos à região nos últimos dez anos

A crise política e econômica da Venezuela na última década fez com que pessoas abandonassem seu país e cruzassem a fronteira com o Brasil. Desde 2012, de acordo com dados da Polícia Federal, 1.538 venezuelanos receberam visto para morar no Grande ABC. Desde 1987, são 1.595.

Entre tantas histórias, Luis Alberto Perez Basquez, 44 anos, deixou a mulher e as duas filhas em sua cidade de origem, Barquisimeto, capital

do estado de Lara, para tentar vida melhor no Brasil.

“Eu sou mecânico. Tinha uma oficina na Venezuela, mas não dava para trabalhar porque lá não tem gasolina. Então não tem carros na rua. Lá se pega uma fila de dois dias para conseguir 20 litros de combustível”, conta o venezuelano, que há oito anos mora em Diadema. Há quatro anos, Luis Alberto, que há poucos meses de seis meses trabalha como motorista de aplicativo,

conseguiu trazer para cá a mulher e as duas filhas. A mais velha, Alma Roux Perez Hernandez, 16, aprendeu o português, se adaptou à nova cultura, fez novos amigos e hoje sonha em cursar medicina. “Demorei para me acostumar, mas estou gostando. Acho que lá não teria as oportunidades que tenho aqui”, diz.

Os municípios da região oferecem serviços públicos na área de saúde, educação e assistência social, especialmente

por meio dos programas federais. A Prefeitura de Diadema desenvolve ações específicas para a população de imigrantes e em situação de refúgio. Na saúde, por exemplo, promove a formação das equipes e escuta ativa das demandas de quem vem de outros países. “A grande preocupação é como damos atendimento de qualidade a essas populações. O ponto de partida é o contato com a população migrante, saber de onde essas pessoas são, detectar

quais são as barreiras que existem, tanto da parte deles quanto dos profissionais da saúde. E, a partir daí, pensar políticas públicas adequadas, para que as barreiras não se tornem impedimento para uma boa atenção à saúde”, explica Yury Puello Orozco, 60 anos, colombiano que vive há 30 anos no Brasil e que hoje atua como coordenadora na área de populações estratégicas na Secretaria de Saúde de Diadema. Os esforços das cidades e Es-

tados brasileiros, na visão do professor de relações internacionais da UFABC (Universidade Federal do ABC), Gilberto Rodrigues, poderiam ser mais efetivos com o apoio do governo federal. “A coordenação das políticas migratórias compete ao governo federal, que não exerce essa competência em sua plenitude, o que acaba gerando aos Estados e municípios uma demanda que eles acabam assumindo sem os recursos que deveriam ter”, avalia. **JC**

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Setecidades **Página:** 1